

O PATRIMÔNIO IMATERIAL ALÉM DAS FRONTEIRAS: ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL E A COOPERAÇÃO CULTURAL GLOBAL

Thiago Rafael Burckhart 

Università degli Studi di Roma Unitelma Sapienza 

Contextualização: A adoção da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial pela UNESCO, em 2003, representou um marco na governança do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI), consolidando um instrumento jurídico internacional para sua proteção. A Convenção reforça a cooperação internacional como princípio fundamental, especialmente por meio das candidaturas multinacionais às listas representativas da UNESCO, promovendo o diálogo intercultural e incentivando esforços conjuntos para a salvaguarda do PCI.

Objetivos: O artigo analisa criticamente a dinâmica da cooperação internacional no contexto do PCI, com foco nas candidaturas multinacionais e sua relação com o direito internacional e a governança global. O estudo examina se tais candidaturas são tanto um resultado quanto um meio para fomentar a cooperação internacional, tomando como estudo de caso a “Dieta Mediterrânea”, inscrita na lista da UNESCO em 2013 por sete Estados.

Métodos: A pesquisa fundamenta-se na teoria e prática do direito internacional e comparado, em diálogo com a teoria das relações internacionais, adotando uma perspectiva transnacional para compreender a interação entre Estados e comunidades na proteção do PCI.

Resultados: A análise confirma que as candidaturas multinacionais impulsionam a cooperação entre Estados e comunidades ao promover a salvaguarda compartilhada do PCI. O caso da Dieta Mediterrânea ilustra esse potencial, especialmente na Europa, onde a integração política e econômica facilita a colaboração. No entanto, desafios como diferenças políticas e jurídicas exigem a adaptação de mecanismos de cooperação além do contexto europeu, como ocorre com o Marrocos. Conclui-se que o PCI pode fortalecer a cooperação internacional e construir pontes entre nações e comunidades que compartilham um patrimônio comum.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Imaterial; Cooperação Internacional; Direito Internacional e Comparado; Governança Regional; Dieta Mediterrânea.

EL PATRIMONIO INMATERIAL MÁS ALLÁ DE LAS FRONTERAS: ENTRE EL DERECHO INTERNACIONAL Y LA COOPERACIÓN GLOBAL

Contextualización: La adopción de la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial por la UNESCO en 2003 representó un hito en la gobernanza del patrimonio cultural inmaterial (PCI), al consolidar un instrumento jurídico internacional para su protección. La Convención refuerza la cooperación internacional como principio fundamental, especialmente a través de las candidaturas multinacionales a las listas representativas de la UNESCO, promoviendo el diálogo intercultural y fomentando los esfuerzos conjuntos para salvaguardar el PCI.

Objetivos: El artículo analiza críticamente la dinámica de la cooperación internacional en el contexto del PCI, centrándose en las candidaturas multinacionales y su relación con el derecho internacional y la gobernanza mundial. El estudio examina si dichas aplicaciones son tanto un resultado como un medio para fomentar la cooperación internacional, tomando como caso de estudio la «Dieta Mediterránea», inscrita en la lista de la UNESCO en 2013 por siete Estados.

Método: La investigación se basa en la teoría y la práctica del derecho internacional y comparado, en diálogo con la teoría de las relaciones internacionales, adoptando una perspectiva transnacional para comprender la interacción entre los Estados y las comunidades en la protección del PCI.

Resultados: El análisis confirma que las aplicaciones multinacionales impulsan la cooperación entre estados y comunidades promoviendo la salvaguarda compartida del PCI. El caso de la Dieta Mediterránea ilustra este potencial, especialmente en Europa, donde la integración política y económica facilita la colaboración. Sin embargo, retos como las diferencias políticas y jurídicas exigen la adaptación de los mecanismos de cooperación más allá del contexto europeo, como es el caso de Marruecos. La conclusión es que el PIC puede reforzar la cooperación internacional y tender puentes entre naciones y comunidades que comparten un patrimonio común.

Palabras clave: Patrimonio Cultural Inmaterial; Cooperación Internacional; Derecho Internacional y Comparado; Gobernanza Regional; Dieta Mediterránea.

INTANGIBLE HERITAGE BEYOND BORDERS: BETWEEN INTERNATIONAL LAW AND GLOBAL CULTURAL COOPERATION

Contextualization: The adoption of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage by UNESCO in 2003 represented a milestone in the governance of intangible cultural heritage (ICH), consolidating an international legal instrument for its protection. The Convention reinforces international cooperation as a fundamental principle, especially through multinational applications to UNESCO's representative lists, promoting intercultural dialog and encouraging joint efforts to safeguard ICH.

Objectives: The article critically analyzes the dynamics of international cooperation in the context of the ICH, with a focus on multinational nominations and their relationship to international law and global governance. The study examines whether such applications are both a result and a means of fostering international cooperation, taking as a case study the “Mediterranean Diet”, inscribed on the UNESCO list in 2013 by seven states.

Method: The research is grounded in the theory and practice of international and comparative law, in dialog with international relations theory, adopting a transnational perspective to understand the interaction between states and communities in the protection of ICH.

Results: The analysis confirms that multinational applications boost cooperation between states and communities by promoting the shared safeguarding of ICH. The case of the Mediterranean Diet illustrates this potential, especially in Europe, where political and economic integration facilitates collaboration. However, challenges such as political and legal differences require the adaptation of cooperation mechanisms beyond the European context, as is the case with Morocco. The conclusion is that the CIP can strengthen international cooperation and build bridges between nations and communities that share a common heritage.

Keywords: Intangible Cultural Heritage; International Cooperation; International and Comparative Law; Regional Governance; The Mediterranean Diet.

INTRODUÇÃO

Em 2003, a UNESCO adotou a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Esse é um instrumento jurídico internacional de considerável relevância para a governança do patrimônio cultural imaterial (PCI) em todo o mundo, sendo o resultado de um amplo debate internacional que durou três décadas. Como uma reivindicação de vários países do chamado “Sul Global”, ela traz várias inovações jurídicas para o *Direito Internacional do Patrimônio Cultural*, pois estabelece uma estrutura internacional legítima encarregada de incentivar a salvaguarda dessa nova perspectiva jurídica sobre o patrimônio cultural. Nesse sentido, a Convenção reflete uma crescente conscientização, ancorada nos valores da UNESCO, sobre a necessidade de proteger elementos intangíveis que, com a intensificação da globalização, podem efetivamente desaparecer.

Um dos elementos que a Convenção destaca é a questão da “cooperação” – notadamente a “*cooperação internacional*” para a cultura. Ela considera a cooperação em questões de PCI como sendo de interesse geral da humanidade e endossa alguns tipos de cooperação a serem realizados tanto pela comunidade internacional quanto pelos governos nacionais, conforme especificado no Artigo 19. Além disso, a governança dos órgãos da Convenção – no caso, o “Comitê Intergovernamental” – atribuiu um *status* privilegiado para a cooperação internacional, principalmente por meio de indicações multinacionais para as listas da UNESCO. De fato, as indicações multinacionais têm precedência sobre as indicações nacionais, pois ratificam a essência da Convenção, a fim de incentivar mais cooperação e cristalizar um dos principais objetivos da UNESCO.

Esse ímpeto, entretanto, enfrenta atualmente a retração com o enfraquecimento do próprio multilateralismo. As recentes transformações na ordem política internacional geraram incertezas sobre o papel que a cooperação internacional será – ou não – capaz de desempenhar. No entanto, em termos de cultura, em geral, e de PCI, em especial, é possível afirmar que a cooperação internacional foi fortalecida, especialmente nas últimas décadas, fomentada pelo direito e pela governança do patrimônio cultural na esfera internacional. Sob essa ótica, a Convenção da UNESCO de 2003 também pode ser concebida como um instrumento para o *diálogo intercultural* entre as mais diversas nações.

Levando isso em consideração, o objetivo deste artigo é analisar criticamente o PCI além das fronteiras, com foco na dinâmica da cooperação internacional por meio do direito e da governança internacionais, particularmente no contexto das candidaturas multinacionais do PCI para as listas da UNESCO. Para tanto, o artigo destacará as principais inovações da Convenção, analisará a arquitetura do sistema internacional projetado para a cooperação internacional sob seu prisma e se aprofundará em um estudo de caso: a *Dieta Mediterrânea*. Com relação ao último tópico, o artigo se concentrará em como a cooperação

internacional está incorporada nas medidas de salvaguarda conjuntas elaboradas e implementadas pelos países.

A hipótese afirma que as candidaturas multinacionais são tanto um resultado quanto uma forma de promover a cooperação internacional para a cultura por meio do direito internacional e da sua governança. O artigo está metodologicamente fundamentado no campo da teoria e da prática do direito internacional, em diálogo com a teoria das relações internacionais, pautada em uma perspectiva transnacional, e está dividido em três partes, que serão descritas a seguir: (I) A Convenção da UNESCO para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial; (II) O sistema de cooperação internacional no âmbito da Convenção da UNESCO de 2003; (III) O caso da “Dieta Mediterrânea”.

1. A CONVENÇÃO DA UNESCO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

O regime jurídico internacional para a salvaguarda do PCI foi efetivamente estabelecido pela *Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*, promulgada em 2003¹. No entanto, seu processo de formação – que é de grande importância para a compreensão de seu significado jurídico e político – foi estabelecido logo após a promulgação da *Convenção da UNESCO para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, de 1972. Três razões principais desencadearam esse debate no cenário internacional: (a) globalização; (b) eurocentrismo; e (c) novos movimentos culturais, tanto no centro quanto na periferia da ordem global. Essas razões principais mobilizaram controvérsias tanto em nível internacional quanto nacional² para o reconhecimento e a promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural.

Quanto ao primeiro motivo, a globalização impacta direta ou indiretamente o PCI. O processo da globalização³, essa “palavra com G”, como Upendra Baxi designou⁴, refere-se a uma dinâmica global de profunda transformação das estruturas sociais em todo o mundo. É um fenômeno estrutural do capitalismo tardio contemporâneo, profundamente

¹ Cf. LIXINSKI, Lucas. **Intangible cultural heritage in international law**. Oxford: Oxford University Press, 2013; BLAKE, Janet; LIXINSKI, Lucas (eds.). **The 2003 UNESCO Intangible Heritage Convention: a commentary**. Oxford: Oxford University Press, 2006; FORREST, Craig. **International Law and the Protection of Cultural Heritage**. London: Routledge, 2011.

² No Brasil, por exemplo, o reconhecimento constitucional do Patrimônio Cultural Imaterial ocorreu em 1988, assim como na Espanha, em 1985.

³ Para uma análise da relação às vezes contraditória entre direito e globalização, consulte a primeira parte do livro de Menski: MENSKI, Werner. **Comparative Law in a Global Context: the legal systems of Asia and Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

⁴ BAXI, Upendra. **Globalization and the future of Human Rights**. New Delhi: Oxford University Press, 2001.

interconectado com uma variedade de aspectos sociais⁵. Um deles é a *cultura* propriamente dita – entendida de forma ampla – e o patrimônio cultural, em um sentido estrito. Se, por um lado, a globalização pode ser concebida como um fenômeno que instiga a *padronização* das práticas culturais, desencadeando uma cultura “dominante” em termos globais – especialmente a chamada cultura “americana” –, por outro lado, “there is a core of meaning, of affect, of memory that people refuse to give up”⁶. Essa preocupação com a possibilidade de desaparecimento de culturas e cosmovisões marginalizadas – especialmente dos povos indígenas – impulsionou a preocupação com a necessidade de proteção jurídica do PCI⁷.

O segundo motivo principal diz respeito ao já mencionado *eurocentrismo* relacionado à noção de “patrimônio mundial”, que está inscrita na *Convenção da UNESCO de 1972 sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural*. Uma análise crítica da geopolítica da preservação do patrimônio mundial torna evidente que ela tende a privilegiar uma faceta específica do patrimônio, que é realmente “tangível” e particularmente ligada ao “patrimônio europeu” – seja referindo-se ao patrimônio cultural geograficamente localizado na Europa, ou ao patrimônio europeu construído em várias ex-colônias europeias ao redor do mundo. Essa forma de conceber o patrimônio cultural, ainda amplamente ligada à noção moderna de *monumento*, deixou de lado várias práticas culturais intangíveis que, por muito tempo, não tiveram relevância política e proteção jurídica, sendo chamadas de “folclore” e, posteriormente, de PCI.

O terceiro motivo está relacionado a um dos efeitos da globalização, a saber, o empoderamento de novos sujeitos de direitos e o nascimento de novos direitos – tanto direitos humanos quanto direitos fundamentais. De fato, a globalização também pode promover a autopreservação das culturas e práticas culturais de grupos minoritários e povos indígenas em todo o globo. Além disso, a encenação de *novas identidades culturais* na esfera pública nacional e internacional também foi um evento importante para o reconhecimento internacional dessa nova dimensão do patrimônio cultural, já que as questões relacionadas à “identidade cultural” passaram a fazer parte do discurso jurídico e político, abrindo caminho para o PCI dentro do Direito Internacional.

⁵ “Globalization may be thought of initially as the widening, deepening and speeding up of worldwide interconnectedness in all aspects of contemporary social life, from the cultural to the criminal, the financial to the spiritual”. HELD, David. Introduction. In: HELD, David; MCGREW, Anthony G.; GOLDBLATT, David; PERRATON, Jonathan. **Global Transformations: politics, economics and culture**. Stanford: Stanford University Press, 1999, p. 2.

⁶ ARIZPE, Lourdes. The genealogy of intangible cultural heritage. In: CSERGO, Julia; HOTTIN Christian; SCHMIT Pierre. **Le patrimoine culturel immatériel au seuil des sciences sociales**. Paris: Editions de la Maison de Sciences de l’Homme, 2020, p. 22.

⁷ Embora haja discussões sobre os resultados culturais da globalização – há quem considere que ela produz um “*hibridismo*” ou “*sincretismo*” entre diferentes culturas –, não se pode negar que esse é um processo *dialogico*, que produz sínteses constantes e trocas frutíferas por meio do diálogo intercultural.

Certamente, pelo menos desde 1952, a UNESCO tem se preocupado indiretamente com o PCI, concebido naquela época como *folclore*⁸. Essa preocupação, no entanto, surgiu de forma frágil e precária, pois estava arraigada no campo dos direitos *autorais*, um campo específico do Direito da Propriedade Intelectual⁹. Em 1967, a “Diplomatic Conference for the revision of the Berne Convention for the Protection of Literary and Artistic Works” foi o primeiro passo formal dado para prever uma proteção internacional específica das expressões do folclore por meio do direito autoral¹⁰. De qualquer forma, apesar de “both cultural heritage and intellectual property are creations of the mind that have economic value, being species of property”¹¹, vale a pena observar que o PCI tem “beneficiários universais”, enquanto os *direitos de propriedade intelectual* têm um “beneficiário individual”. Da mesma forma, enquanto os direitos de propriedade intelectual são localizados e de duração limitada no tempo, o PCI tem uma perspectiva de *eternidade*¹².

Assim, com o objetivo de preencher uma lacuna em relação à Convenção da UNESCO de 1972, foi promulgada a Convenção da UNESCO de 2003¹³. O sucesso da Convenção foi confirmado por sua grande aprovação pelos Estados-parte da UNESCO e “is explained by the awareness of many states about the importance of intangible cultural heritage and the need for its protection”¹⁴. De fato, os Estados do Sul Global se esforçaram para aprovar a Convenção e ratificá-la em suas esferas nacionais, o que impulsionou seu reconhecimento e *status* internacionalmente¹⁵. Atualmente – em 2025 – a Convenção conta com 183 Estados

⁸ “Since 1952, UNESCO has begun the efforts to establish methods in protecting what is now known as ICH. Previously, ICH was known as folklore. However, concept and manifestation of protecting folklore has failed as folklore existed in many versions and variations rather than in a single and an original form”. BAKAR, Abu; OSMAN, Mohamed. *Intangible Cultural Heritage: understandings and manifestations*. In: **International Conference on Universal Design in Built Environment**. Kuala Lumpur, 2011, p. 2.

⁹ Universal Copyright Convention, 1952.

¹⁰ BLAKE, Janet. Introduction to the Draft Preliminary Study on the Advisability of Developing Standard-Setting Instrument for the Protection of Intangible Cultural Heritage. In: **International Roundtable: Intangible Cultural Heritage, working definitions**. Turim: UNESCO, 2021, p. 1.

¹¹ SHYLLON, Folarin. Cultural heritage and intellectual property: convergence, divergence and interface. In: LOGAN, William; CRAITH, Máiréad Nic; KOCKEL, Ullrich. **A Companion to Heritage Studies**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2015, p. 56.

¹² Ver: SHYLLON, Folarin. Cultural heritage and intellectual property: convergence, divergence and interface... p. 59.

¹³ SCOVAZZI, Tullio. Gli aspetti principali della Convenzione sulla Salvaguardia del Patrimonio Culturale Intangibile. In: CUNHA FILHO, Humberto; SCOVAZZI, Tullio (Orgs.). **Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial: uma análise comparativa entre Brasil e Itália**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2020, p. 18, tradução do autor.

¹⁴ SCOVAZZI, Tullio. Gli aspetti principali della Convenzione sulla Salvaguardia del Patrimonio Culturale Intangibile... p. 19, tradução do autor.

¹⁵ Como Janet Blake sublinha, “The ‘problem’ of ICH, therefore, was predominantly the lack of formal international recognition of this reality and the dominance of a cultural heritage protection paradigm that prioritized monumental ‘European’ cultural forms over local and indigenous ones and that, when it did address traditional culture, it did so from a heavily researcher-oriented viewpoint”. BLAKE, Janet. **International Cultural Heritage Law**. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 151-152.

que a ratificaram ou aprovaram.

Em uma abordagem mais concisa do que a Convenção da UNESCO de 1972, a Convenção da UNESCO de 2003 estabeleceu algumas obrigações para os Estados. Em seu Preâmbulo, a Convenção faz referência aos Direitos Humanos reconhecidos internacionalmente, especialmente os Direitos Culturais; considera a importância do PCI como forma de promover a diversidade cultural e o desenvolvimento sustentável; considera a grande relação entre o PCI e o patrimônio material e natural; reconhece que a globalização pode ocasionalmente dificultar a salvaguarda de várias práticas culturais imateriais; considera ainda a necessidade de conscientizar o público, especialmente entre as gerações mais jovens, sobre a necessidade de preservar o PCI; e considera o papel crucial que o PCI desempenha como catalisador para a compreensão mútua entre diferentes grupos, comunidades e nações¹⁶.

A Convenção prevê um conceito jurídico para o PCI no Artigo 2¹⁷, em uma perspectiva ampla. Como destaca Tulio Scovvazzi, “mais do que uma definição real, é uma descrição de uma realidade complexa que inclui elementos heterogêneos”¹⁸. Abrange: (1) tradições e expressões orais; (2) artes cênicas; (3) usos sociais, rituais e atos festivos; (4) conhecimentos e usos relacionados à natureza e ao universo; e (5) técnicas artesanais tradicionais. Certamente, “os exemplos de PCI não se limitam a uma única expressão e muitos deles incluem elementos pertencentes a vários domínios (...) [e isso se deve ao fato de que] os limites entre os domínios são muito vagos e frequentemente variam de uma comunidade para outra”¹⁹. De qualquer forma, os Estados são livres para usar diferentes categorias e conceitos de PCI, a fim de incluir novos elementos que podem não estar cobertos pelo conceito da Convenção, sem, no entanto, subverter seu significado.

Outra inovação jurídica diz respeito ao conceito de “salvaguarda”, no artigo 2, que substitui o termo usado na Convenção UNESCO de 1972, ou seja, “proteção”. Na verdade, salvaguarda tem uma conotação mais ampla, pois significa o conjunto de medidas destinadas

¹⁶ As established in the Preamble of the Convention.

¹⁷ Artigo 2.1 da Convenção UNESCO de 2003: “Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana. Para efeitos da presente Convenção, só será tomado em consideração o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos existentes, bem como com a exigência do respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e de um desenvolvimento sustentável”.

¹⁸ SCOVAZZI, Tullio. Gli aspetti principali della Convenzione sulla Salvaguardia del Patrimonio Culturale Intangibile... p. 22, tradução do autor.

¹⁹ UNESCO. **Los ámbitos del patrimonio cultural inmaterial**. Paris, 2014, p. 3, tradução do autor.

a garantir a *viabilidade* do PCI²⁰. A Convenção cobra dos Estados a adoção de “*medidas de salvaguarda*” para garantir a continuidade de todos os elementos reconhecidos como patrimônio cultural imaterial, tanto em nível nacional (Capítulo III) quanto internacional (Capítulo IV) – quando são declarados pela UNESCO.

Em nível internacional, a salvaguarda do patrimônio imaterial ocorre por meio da dinâmica de Listas, em que a Convenção previu o estabelecimento de duas: (1) a Lista representativa do patrimônio cultural imaterial da humanidade; e (2) a Lista do patrimônio cultural imaterial que requer medidas urgentes de salvaguarda²¹. As listas são constantemente atualizadas pelo Comitê Intergovernamental, e a inclusão de novos elementos depende da solicitação dos Estados-membros. Em nível nacional, os inventários nacionais assumem um papel fundamental. A Convenção determina que os inventários nacionais devem ser constantemente revisados e atualizados, devido à natureza “viva” e, portanto, “mutante” do PCI, e periodicamente devem apresentar relatórios ao Comitê Intergovernamental da Convenção, que é responsável por monitorar sua eficácia (art. 12, itens 1 e 2). A Convenção destaca o papel principal que as comunidades, grupos e indivíduos têm no processo de salvaguarda e, por isso, estabeleceu a necessidade de garantir sua participação e envolvimento ativo na gestão (artigo 15).

A Convenção também estabeleceu uma estrutura institucional para trabalhar em sua implementação. Nesse sentido, a *Assembleia Geral* funciona como o “órgão soberano” que pode tomar qualquer decisão relativa à Convenção, com reuniões realizadas a cada dois anos (art. 4, itens 1, 2 e 3). O *Comitê Intergovernamental* é composto por 24 representantes dos Estados-parte, a serem eleitos por eles (art. 5, itens 1 e 2), e tem entre suas funções: promover os objetivos da Convenção, promover e monitorar sua aplicação; preparar e submeter à Assembleia projetos para uso do Fundo Internacional do PCI; preparar e submeter à Assembleia Geral diretrizes operacionais para a aplicação da Convenção; examinar os relatórios dos Estados-membros; além de examinar as solicitações apresentadas pelos Estados e decidir, de acordo com os critérios objetivos de seleção estabelecidos pelo próprio Comitê e aprovados pela Assembleia Geral: (a) as inscrições nas listas e (b) a prestação de assistência internacional (art. 7, item a ao g)²². Por fim, a *Secretaria* prepara toda a

²⁰ Artigo 2.3 da Convenção UNESCO de 2003: “Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam a assegurar a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão – essencialmente pela educação formal e não formal – e revitalização dos diversos aspectos deste patrimônio”. Para aprofundamentos, ver: ARANTES, Antonio. **Safeguarding**: a key concept of UNESCO's Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage. Vibrant: Florianópolis, 2019.

²¹ Também deve-se mencionar o “Register of Good Safeguarding Practices”, que é ocasionalmente considerada uma “terceira” lista.

²² O Comitê Intergovernamental, no uso de suas atribuições convencionais (art. 8.3), estabeleceu o “Evaluation Body” por meio da Decisão 9.COM (Paris, 2014), sendo esse um órgão consultivo, responsável pela avaliação das Indicações para inscrições nas listas da UNESCO em relação à

documentação para a Assembleia Geral e para o Comitê, além de assuntos administrativos (art. 10).

É notável que essas inovações expressam o estabelecimento de uma estrutura jurídica complexa em nível internacional para a proteção do ICH, com impactos diretos nos contextos nacionais. De fato, 20 anos após sua promulgação, é possível afirmar, de acordo com Pier Luigi Petrillo, que a Convenção não apenas consolidou um sistema de proteção jurídica global para o PCI, mas também lançou um processo de unificação jurídica das regulamentações nacionais sobre o assunto, introduzindo uma noção comum de PCI e uma série de ferramentas jurídicas substancialmente homogêneas²³. A UNESCO de fato auxiliou os Estados nacionais na definição de modelos jurídicos para salvaguardar o PCI²⁴, que são coerentes com sua “natureza mutável”²⁵, a fim de torná-los efetivos.

2. O SISTEMA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO ÂMBITO DA CONVENÇÃO DA UNESCO DE 2003

A adoção da Convenção da UNESCO de 2003 pode ser vista como o resultado de um processo de cooperação internacional bem-sucedido, pois convocou um grande número de nações de todo o mundo para trabalhar nas questões que envolvem a proteção jurídica e salvaguarda do PCI²⁶. Isso resultou em uma ampla adesão dos Estados à Convenção. No entanto, a Convenção também pode ser considerada uma ferramenta jurídica que *promove* a cooperação internacional de várias maneiras e perspectivas. De acordo com o Artigo 19, a cooperação internacional inclui “em particular o intercâmbio de informações e experiências, iniciativas comuns e a criação de um mecanismo de assistência aos Estados-parte nos seus esforços de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial”.

Pelo menos três formas de cooperação internacional podem ser mencionadas: (1)

Convenção da UNESCO de 2003. Ele está em funcionamento desde 2015. Para uma análise mais detalhada, consulte as Diretrizes Operacionais n. 27 e 28.

²³ PETRILLO, Pier Luigi. La tutela giuridica del patrimonio culturale immateriale a vent'anni dall'adozione della Convenzione UNESCO del 2003: profili di diritto comparato. **Rivista DPCE Online**, Milão, v. 59, n. 2, 2023, p. 1724 and ss. Ver: (1) CASINI, Lorenzo. Quale futuro per il diritto globale del patrimonio culturale? **Giornale di diritto amministrativo**, v. 3, p. 285, 2017. (2) BLAKE, Janet; LIXINSKI, Lucas. Conclusions: Tightropes of the Intangible Cultural Heritage Convention. In: BLAKE, Janet. LIXINSKI, Lucas (eds.). **The 2003 UNESCO Intangible Heritage Convention: a commentary**. 2.ed. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 487.

²⁴ Para uma análise comparada da proteção jurídica do PCI em diferentes países, após a promulgação da Convenção da UNESCO de 2003, consulte: PETRILLO, Pier Luigi (ed.), **The Legal Protection of Intangible Cultural Heritage: a comparative perspective**. Zurich: Springer, 2019; CORNU, M. *et al.* **Intangible Cultural Heritage under National and International Law**. London: Edward Elgar Publishing, 2020.

²⁵ PETRILLO, Pier Luigi. **La tutela giuridica del patrimonio culturale immateriale**... p. 1725.

²⁶ Para uma análise detalhada do processo que formou a Convenção, consulte: BLAKE, Janet. **International Cultural Heritage Law**...

por meio da cooperação técnica entre nações e entre um país específico e a UNESCO; (2) por meio de candidaturas multinacionais do PCI para as listas da UNESCO; e (3) por meio de medidas conjuntas de salvaguarda, colocadas em prática após o reconhecimento de um determinado elemento. Essas formas de cooperação correspondem às evoluções que ocorreram em âmbito internacional nas últimas décadas, especialmente após o fim da Guerra Fria, e apontam para a reformulação de uma nova ordem global²⁷. Este estudo se concentrará na segunda e na terceira formas mencionadas.

Em termos de *cooperação técnica* (1), a Convenção da UNESCO de 2003 endossa vários mecanismos que instigam e promovem esse tipo de cooperação em duas direções: em uma direção *horizontal*, de um país para outro, por meio do intercâmbio de boas práticas; e em uma direção *vertical*, da UNESCO para o país singular. A Convenção regulamenta estritamente esta última sob o prisma da “*assistência internacional*” nos artigos 20 a 24. Sob esse prisma, o Comitê Internacional pode conceder assistência aos Estados-parte, mediante solicitação, e pode assumir as seguintes formas: estudos específicos sobre aspectos de salvaguarda, fornecimento de especialistas e profissionais, treinamento, criação de infraestruturas, fornecimento de equipamentos e know-how, elaboração de normas e outras formas possíveis.

Com relação à indicação multinacional do PCI para as listas da UNESCO (2), é importante ressaltar que a Convenção não prevê expressamente essa possibilidade, uma vez que ela foi introduzida pela decisão tomada pelo Comitê Intergovernamental ao estabelecer as *Diretrizes Operacionais*, o que ocorreu na reunião de Tóquio, em 2007²⁸. As *Diretrizes Operacionais*, elaboradas e constantemente atualizadas pelo Comitê Intergovernamental, retêm em seu artigo I-5 (13 a 15) que os Estados são encorajados a submeter conjuntamente candidaturas multinacionais para ambas as listas do Patrimônio Cultural Imaterial quando um elemento é encontrado no território de mais de um Estado-parte²⁹. O parágrafo 86 das Diretrizes da Operação também enfatiza que os Estados-parte são “incentivados a desenvolver juntos, nos níveis sub-regional e regional, redes de comunidades, especialistas, centros de especialização e institutos de pesquisa para desenvolver abordagens conjuntas”, especialmente no que diz respeito à salvaguarda de elementos do PCI que eles têm em comum.

As inscrições existentes também podem ser ampliadas, pois novos Estados podem

²⁷ Para uma análise mais aprofundada da história global da UNESCO, ver: DUEDAHL, Poul. **A history of UNESCO: global actions and impacts**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

²⁸ Cf. a decisão 2.COM 7. Para aprofundamentos, ver: PUGLISI, Giovanni, Prefazione. La dimensione interdisciplinare del patrimonio culturale intangibile. In: SCOVAZZI, Tullio; UBERTAZZI, Benedetta; ZAGATO, Lauro (eds.), **Il patrimonio culturale intangibile nelle sue diverse dimensioni**. Milano: Giuffrè, 2012.

²⁹ UNESCO. **Basic texts of the 2003 Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage**, 2022. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/directives>. Acesso em: 15 jan. 2025.

ser adicionados quando o elemento tiver uma faceta transfronteiriça³⁰. Esse é, de fato, um “mechanism to encourage multinational files”³¹, que passa da abordagem centrada no Estado, registrada no conceito moderno de “patrimônio cultural”, para outra perspectiva, baseada em uma cooperação internacional entre Estados-parte e comunidades³². Nesse contexto, uma proposta de candidatura multinacional tira proveito e tem preferência sobre as propostas de inscrição nacionais individuais durante a análise feita pelo *Evaluation Body* e pelo Comitê Intergovernamental. Além disso, as *Diretrizes de Operação* permitem que cada Estado indique apenas um único elemento a ser analisado e eventualmente declarado como PCI a cada ano, mas, no caso de indicações multinacionais, não há limite de indicações, e um Estado pode assinar quantos dossiês puder realizar para as reuniões anuais do Comitê Intergovernamental.

É evidente que as indicações multinacionais tornam mais complexo o processo de candidatura em si, especialmente durante a elaboração do dossiê a ser enviado à UNESCO, pois é preciso mediar diferentes interesses nacionais³³ e das comunidades envolvidas. Entretanto, embora esse mecanismo contribua para fomentar a cooperação internacional e fortalecer o princípio da coexistência pacífica entre os povos – e os objetivos originais da UNESCO³⁴ – ele esbarra em diversas questões extrajurídicas que influenciam diretamente sua aplicação, tais como a vontade política de dois ou mais Estados e comunidades envolvidos em colaborar, efetivamente, a falta de recursos econômicos de um ou dois Estados para realizar uma nomeação, o fato de um ou mais Estados não terem ratificado a Convenção da UNESCO de 2003, bem como o fato de dois ou mais Estados não compartilharem boas relações diplomáticas ou estarem em guerra entre si³⁵.

Apesar das dificuldades relacionadas à cooperação internacional por meio de candidaturas multinacionais, o “*Report of the Evaluation Body on its work in 2022*” destaca “the increased capacity of State Parties in coordinating efforts across borders, as well as their

³⁰ UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Operational Directives**. ICH-UNESCO, 2022, itens 13, 14; A extensão de uma inscrição existente também é incentivada nos itens 16 a 19, embora a disposição inicial se referisse apenas às Listas e não ao Registro de Boas Práticas. UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Operational Directives**. ICH-UNESCO, 2022, itens 3 e 20.

³¹ UNESCO-ICH. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/mechanism-to-encourage-multinational-files-00560>. Acesso em: 26 mar. 2025. Ver também: UNESCO. **Intangible Cultural Heritage**. Decision 7.COM 14, 2012, item 4.

³² AYKAN, Bahar. Patenting Karagöz: UNESCO, nationalism and multinational intangible heritage. **International Journal of Heritage Studies**, v. 21, n. 10, p. 949-961, 2015.

³³ GKANA, Alik. Safeguarding shared Intangible Cultural Heritage: a “bridge over troubled water”. **Gdańskie Studia Międzynarodowe**, v. 18, n. 1-2, p. 176-194, 2020.

³⁴ UBERTAZZI, Benedetta. The territorial condition for the inscription of elements on the UNESCO List of Intangible Cultural Heritage. In: ADELL, Nicolas; BENDIX, Regina F.; BORTOLOTTI, Chiara; TAUSCHEK, Markus (eds.). **Between Imagined Communities and Communities of Practice**: participation, territory and the making of heritage. Göttingen: Göttingen University Press, 2017, p. 120.

³⁵ GKANA, Alik. Safeguarding shared Intangible Cultural Heritage: a “bridge over troubled water”...

growing interest in shared intangible cultural heritage”³⁶, pois houve um aumento considerável no número de indicações multinacionais em comparação com a reunião anterior. No entanto, o Órgão de Avaliação tomou nota de vários aspectos críticos relacionados aos arquivos multinacionais: (1) os dossiês devem ser uma expressão da colaboração entre os Estados e as comunidades que os enviam; (2) os dossiês devem evitar parágrafos “Estado a Estado” e prever uma cooperação de redação mais ampla possível; (3) um desequilíbrio de informações entre os Estados que os enviam para a preparação dos dossiês; (4) a necessidade de destacar a colaboração e a cooperação entre diferentes comunidades, não apenas entre os Estados; e (5) prever medidas de salvaguarda conjuntas eficazes³⁷.

Com relação à terceira forma de cooperação, a saber, (3) por meio de medidas conjuntas de proteção, colocadas em prática após o reconhecimento de um determinado elemento, o Órgão de Avaliação destacou no Relatório mencionado a necessidade de promovê-las nos respectivos dossiês. Com efeito, as medidas de salvaguarda conjunta baseiam-se no fato de que duas ou mais comunidades pertencentes a Estados diferentes decidiram salvaguardar um elemento em conjunto e, portanto, devem fornecer os meios para a continuidade da prática cultural em conjunto. Os arquivos que não dispõem de medidas de salvaguarda conjunta impedem o critério para sua efetiva nomeação pelo Comitê Intergovernamental³⁸. Essa forma de cooperação pode, de fato, criar laços entre países e incentivar o *diálogo intercultural* entre diferentes comunidades.

Nesse sentido, é evidente que a arquitetura desse “sistema de cooperação” é complexa e depende de diversos fatores extras, que podem impactar direta ou indiretamente na decisão de um único Estado de efetivamente “cooperar”³⁹. De fato, a previsão jurídica de cooperação internacional não é uma garantia de que os Estados e as comunidades efetivamente cooperarão, pois o respeito ao princípio da soberania estatal deve ser levado em consideração e é constantemente reafirmado pela UNESCO e por outras nações. Portanto, o ato de indicar um elemento específico para a lista do PCI é um direito soberano de cada Estado – uma “vontade política”⁴⁰. No entanto, as disposições mencionadas abordam a

³⁶ UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of the Evaluation Body on its work in 2020**, UNESDoc. LHE/20/15.COM/8, Paris, nov., 2020, parágrafo 41.

³⁷ Com relação às indicações multinacionais, vale a pena mencionar que a Decisão do Comitê Intergovernamental n. 15.COM 8 convidou a Secretaria “to prepare guidance notes for the preparation of multinational files in order to improve their quality, taking into account the global reflection on the listing mechanisms”.

³⁸ UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of the Evaluation Body on its work in 2020**, UNESDoc. LHE/20/15.COM/8, Paris, nov., 2020, parágrafo 41.

³⁹ De fato, a cooperação internacional pode ser concebida como uma “política pública” dos Estados e está fortemente vinculada às agendas nacionais de política externa. Para uma análise mais aprofundada, consulte: MILANI, Carlos. R. S. **Solidariedade e Interesse: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento**. Curitiba: Appris, 2018.

⁴⁰ Muitas vezes, a vontade das comunidades é pouco considerada em relação à vontade governamental de nomear um ICH e cooperar com ele. Para uma análise mais aprofundada, consulte:

possibilidade de gerenciar o PCI de forma mais precisa, uma vez que ele está inscrito em uma comunidade – como “*Patrimônio Vivo*” – e não em um *local*, uma geografia específica, e “may easily escape the territorial jurisdiction of the state”⁴¹. O PCI pode circular e, efetivamente, migrar com seus praticantes, o que evidencia que ele não tem fronteiras.

Os fluxos migratórios e de refugiados cada vez maiores “should add a new parameter to the whole conversation”, pois “international law cannot remain indifferent to the dynamics of ICH within the state and beyond contemporary state”⁴². Até o momento, não há mecanismos jurídicos de caráter “obrigatório” que impulsionem a cooperação internacional nos casos em que o PCI está presente em dois ou mais Estados. De fato, como descreve Sarah Sargent, a nomeação de um elemento do patrimônio transfronteiriço por um único Estado pode ser vista como uma forma de fortalecer o *soft power* e obter prestígio internacional e apoio desse único Estado⁴³. Isso poderia justamente instilar dissonâncias entre os países, o que não é o objetivo principal da Convenção da UNESCO de 2003 – bem como dos princípios da UNESCO⁴⁴ – sendo um “problema” para a governança da Convenção.

Essa situação aponta para a necessidade de incentivar ainda mais os Estados a cooperarem uns com os outros, a fim de promover o PCI como um elemento verdadeiro para o *diálogo intercultural* e o *desenvolvimento sustentável*. Nessas mesmas circunstâncias, é necessário associar a cooperação internacional à política e ao direito internacional dos direitos humanos⁴⁵, a fim de passar gradualmente de uma abordagem centrada no Estado para uma abordagem centrada nas comunidades e grupos – com base em um ponto de vista de “direitos culturais” quando se trata da salvaguarda do PCI. Vale a pena ter em mente que a Convenção ainda é “jovem” e precisa de mais tempo para compreender profundamente o impacto dessa forma específica de cooperação internacional nos sistemas jurídicos e na governança do PCI – considerando as principais adversidades que a cooperação internacional enfrenta

BENDIX, Regina F.; EGGERT, Aditya; PESELMANN, Arnika. *Heritage regimes and the state*. Göttingen: Göttingen University Press, 2017.; ADELL, Nicolas; BENDIX, Regina F.; BORTOLOTTI, Chiara; TAUSCHEK, Markus (eds.). **Between Imagined Communities and Communities of Practice**: participation, territory and the making of heritage. Göttingen: Göttingen University Press, 2017.

⁴¹ LIXINSKI, Lucas. **Intangible cultural heritage in international law**... p. 22.

⁴² GKANA, Aliko. People's heritage of state's heritage? Sovereignty in the UNESCO mechanism for the safeguarding of intangible cultural heritage. **Revista de Direito Internacional**, v. 17, n. 3, 2020a. Ver também: AYKAN, Bahar. Patenting Karagöz: UNESCO, nationalism and multinational intangible heritage...

⁴³ SARGENT, Sarah. Fractured resemblances: contested multinational heritage and soft power. **International Journal of Cultural Property**, v. 27, p. 97-123, 2020.

⁴⁴ SARGENT, Sarah. Fractured resemblances: contested multinational heritage and soft power...

⁴⁵ FRANCIONI Francesco. Culture, Heritage, and Human Rights: an introduction. In: FRANCIONI Francesco; SCHEININ, Martin (eds.). **Cultural Human Rights**. Leiden: Brill Publishers, 2008.

atualmente⁴⁶.

3. O CASO DA “DIETA MEDITERRÂNEA”

O caso da “Dieta Mediterrânea”, que foi uma das primeiras candidaturas multinacionais a ser reconhecida pelo Comitê Intergovernamental e introduzida na Lista da UNESCO, é um exemplo que ilustra as complexidades que envolvem esse tipo específico de cooperação internacional. A esse respeito, Pier Luigi Petrillo destaca que o reconhecimento da Dieta Mediterrânea como PCI da UNESCO representa um “ponto de virada” específico na governança do Comitê Intergovernamental. Isso se deve ao fato de que, pela primeira vez, a UNESCO reconheceu o valor cultural de uma *prática alimentar* caracterizada pelo ato de “comer junto”, que é compartilhada por diferentes culturas e nações mediterrâneas⁴⁷.

De fato, a dieta mediterrânea não é apenas uma prática alimentar, mas um “conjunto de habilidades, conhecimentos, rituais, símbolos e tradições, que vão da paisagem à mesa, e que na bacia do Mediterrâneo se referem às plantações, à colheita, à coleta, à pesca, à criação de animais, à conservação, ao processamento, ao cozimento e, particularmente, ao compartilhamento e ao consumo da culinária”⁴⁸, que expressa o modo de vida de várias comunidades da bacia do mediterrâneo. A Dieta Mediterrânea é verdadeiramente um “estilo de vida” determinado pelo clima e pela região do Mediterrâneo, e aparece em espaços culturais, festivais e celebrações a ela associados⁴⁹, com séculos de tradições da prática cultural, o que é algo relevante para a constituição identitária de vários povos mediterrâneos⁵⁰, o que destaca o fato de que a proteção do PCI está relacionada à proteção da *diversidade biocultural*⁵¹.

O primeiro Dossiê de candidatura referente a esse elemento foi apresentado à UNESCO em 2008, realizado em conjunto por Itália, Espanha, Grécia e Marrocos, e em 2010 a

⁴⁶ Ver: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. **The Globalization of World Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

⁴⁷ PETRILLO, Pier Luigi. Diritti culturali e cibo: la tutela giuridica del patrimonio culturale immateriale e il ruolo dell'UNESCO. In: SCAFFARDI, Lucia, ZENO-ZENCOVICH, Vincenzo. Cibo e Diritto: una prospettiva comparata. **Roma Tre Press**, Roma, v. 1, 2020, p. 105.

⁴⁸ É assim que a prática é mencionada no arquivo do Dossiê: UNESCO. **Nomination File n. 00884**, for the inscription in 2013 in the Representative List of the Intangible Cultural Heritage of Humanity. ICH-UNESCO, 2013, p. 6.

⁴⁹ UNESCO. **Nomination File n. 00884...** p. 6.

⁵⁰ Para uma análise aprofundada da dieta mediterrânea pelas lentes da antropologia, ver: MORO, Elisabetta. **La dieta mediterranea: mito e storia di uno stile di vita**. Bologna: Il Mulino, 2014.

⁵¹ MAFFI, Luisa, Biocultural diversity and sustainability. In: PRETTY, Jules *et al.* **The Sage Handbook of Environment and Society**. New York: Sage Publications, 2007.

prática foi inscrita na lista da UNESCO⁵². Em 2013, após uma negociação articulada e complexa, três novos países foram incluídos no elemento: Chipre, Croácia e Portugal⁵³, resultando na reformulação e reapresentação do Dossiê de Indicação. Nesse último documento, as medidas de salvaguarda (item 3.b) endossam a vontade dos Estados e das comunidades de empreender ações vinculadas a “pesquisa, observatórios permanentes, iniciativas legislativas, programas de conscientização e apresentação do elemento, ações comunitárias e, especialmente, programas escolares e para jovens”⁵⁴, a fim de salvaguardar o elemento.

Uma preocupação também é dirigida ao tópico de desenvolvimento do turismo, e os estados enfatizam a necessidade de proteger o conhecimento, o *know-how* e outras expressões culturais tradicionais associadas ao elemento, por meio de assistência financeira ou aprimoramento e reconhecimento de seu papel. Os Estados concordam em promover medidas legislativas para proteger paisagens, espaços culturais e produções artesanais, tradicionais e locais, promovendo as comunidades rurais. Há uma atenção especial para as instituições de pesquisa, universidades e fundações engajadas nos esforços de proteção, por meio de ensino e treinamento. E o Dossiê de candidatura também faz referência a “três reuniões transcomunitárias” que ocorreram em Chefchaouen, Cilento e Koroni⁵⁵.

Em 2021⁵⁶, Portugal, Espanha, Itália, Chipre, Grécia e Croácia apresentaram o “Relatório periódico sobre a implementação da Convenção e sobre a situação dos elementos inscritos na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade” ao Comitê Intergovernamental⁵⁷. O Marrocos apresentou o mesmo documento em 2023. Nesse documento, os Estados descreveram seus esforços e ações tomadas para tornar efetivas as medidas de proteção destinadas à Dieta Mediterrânea. Cada Relatório aprofunda as principais questões relacionadas à salvaguarda do PCI, em geral, e aos demais elementos inscritos na lista da UNESCO, em particular, uma vez que cada área geográfica e território nacional enfrentam diferentes desafios e fatores de pressão – aspectos jurídicos, políticos, econômicos

⁵² UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Decision 5.COM 6.41**, Nairobi, 2010.

⁵³ PETRILLO, Pier Luigi. Diritti culturali e cibo: la tutela giuridica del patrimonio culturale immateriale e il ruolo dell'UNESCO... p. 106.

⁵⁴ UNESCO. **Nomination File n. 00884**... p. 12.

⁵⁵ UNESCO. **Nomination File n. 00884**... p. 12-13.

⁵⁶ Em 2021, os países do continente europeu apresentaram seus relatórios nacionais, que foram examinados pelo Comitê Intergovernamental em 2022. O Marrocos apresentou seu relatório no final de 2023, juntamente com os demais países africanos, tendo sido analisado em 2024.

⁵⁷ UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Cyprus**. ICH-UNESCO, 2021; UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Croatia**. ICH-UNESCO, 2021; UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Portugal**. ICH-UNESCO, 2021; UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Greece**. ICH-UNESCO, 2021; UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Italy**. ICH-UNESCO, 2021; UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Spain**. ICH-UNESCO, 2021. Todos os relatórios podem ser encontrados no site oficial da UNESCO: <https://ich.unesco.org/en/submissionsanddeadlines-00861>. Acessados em: 01 fev. 2025.

e sociais, entre outros. Eles serão analisados em seguida⁵⁸.

Em termos de medidas conjuntas de salvaguarda para o elemento, há três tipos de ações que os Relatórios trazem e que são fundamentais para este estudo.

A primeira diz respeito ao projeto “Interreg Med Md.Net”⁵⁹, que é um projeto de cooperação transnacional com o objetivo de consolidar uma rede internacional para explorar a identidade cultural da Dieta Mediterrânea, a fim de promover ações locais de coesão social e crescimento sustentável⁶⁰. Essa cooperação transnacional em cadeias produtivas da dieta mediterrânea serviu para criar novos negócios e estimular a criatividade e a inovação em artesanatos e produções tradicionais, ao mesmo tempo em que forneceu contribuições e boas práticas para manter o equilíbrio ecológico e promover o desenvolvimento sustentável.

O projeto foi realizado no âmbito do “Programa Interreg Mediterrâneo”, que é um programa de cooperação inter-regional do “*Interreg Europa*”, cofinanciado pela União Europeia, para fortalecer a cooperação e reduzir as disparidades no nível de desenvolvimento na região do Mediterrâneo⁶¹. O projeto conta com vários parceiros, de todos os países que endossaram o elemento na lista da UNESCO, bem como de outros países parceiros da região⁶². Os resultados do projeto incluem novas oportunidades de negócios, a criação de um *cluster* internacional, recomendações de políticas para difundir e promover mais amplamente o elemento e uma Declaração Med Diet da UNESCO.

A mencionada Declaração⁶³ promove o compromisso dos Estados de (1) *defender* a dieta mediterrânea como uma ferramenta poderosa para revitalizar a economia e aumentar a competitividade nos níveis local e regional; uma dieta saudável e uma abordagem holística da alimentação; e uma maneira valiosa de se relacionar com o patrimônio, as identidades culturais e a tradição; (2) *perversão* da dieta mediterrânea por meio de hábitos e estilo de

⁵⁸ O tópico principal do relatório que será analisado em perspectiva comparada é: “C.4 – *Efforts to promote or reinforce the element*”, when it comes to the Mediterranean Diet.

⁵⁹ Mencionado pelo Relatório espanhol: UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Spain...** p. 245.

⁶⁰ Conforme indicado no site oficial: INTERREG MED. MD.NET. **Mediterranean Diet Network**. Disponível em: <https://mdnet.interreg-med.eu/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

⁶¹ Ver o site oficial: INTERREG EUROPE. **Interreg Europe**: sharing solutions for better policy. Disponível em: <https://www.interregeurope.eu/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

⁶² “Partners: Campania Region (Italy), University of Algarve (Portugal), RERA – S.D., Public Institution for Coordination and Development of Split County (Croatia), Region of Crete (Greece), University of Mostar – Faculty of Agriculture and Food Technology (Bosnia and Herzegovina), Mediterranean Diet Foundation (Spain), Official Chamber of Commerce, Industry, Services and Navigation of Seville (Spain), Emilia-Romagna Region (Italy), EZAVO – Institute for the Development of Solutions (Slovenia), COPPEM, Standing Committee of Euro-Mediterranean Partnership of Local and Regional Authorities (Italy), Association of Albanian Municipalities (Albania), Troodos Development Company (Cyprus), PRODECA – Promoter of Agri-Food Exports (Spain)”. UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Italy**. ICH-UNESCO, 2021, p. 188.

⁶³ Que está disponível no site oficial: INTERREG MED – PROJETO MD.NET. **Med Diet Declaration**. Disponível em: <https://mdnet.dietamediterranea.com/med-diet-declaration/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

vida; paisagens e cadeias agrícolas sustentáveis; fortalecimento das comunidades por meio da promoção de serviços e produtos locais; e promoção da dieta mediterrânea por meio do engajamento do Estado e do terceiro setor; diálogo e cooperação; bem como a reputação e a conscientização da dieta mediterrânea como marca.

A *segunda* medida de salvaguarda conjunta adotada pelos estados foi o uso de direitos de propriedade intelectual como forma de proteção jurídica para o elemento. A dieta mediterrânea foi registrada como marca na União Europeia, em 2015, com uma parte denominativa “*we are what we eat MedDiet Mediterranean Diet*”, sendo uma marca individual por várias entidades coletivas públicas e privadas de muitos países. O Relatório Italiano⁶⁴ enfatiza que, por meio da marca registrada, os proprietários buscaram aumentar a conscientização sobre a tradicional Dieta Mediterrânea, especialmente entre os jovens. Mais de 300 restaurantes obtiveram a licença para usar a marca e se comprometeram, por exemplo, a usar obrigatoriamente azeite de oliva, produtos sazonais e locais e pratos feitos com receitas tradicionais do Mediterrâneo⁶⁵.

O *terceiro* tipo de medida de salvaguarda conjunta está relacionado a ações pontuais tomadas pelos estados e comunidades para fortalecer o elemento, tais como: (a) organização e participação em eventos internacionais, como os Festivais da Dieta Mediterrânea (organizados pelos governos estaduais), a Expo Dubai (2021) e os painéis no Dia Mundial da Terra (2021), por exemplo; (b) a criação de um *Site* Oficial pelo governo da Grécia, com o apoio de outros Estados⁶⁶; (c) o fortalecimento de *clusters* transnacionais, como o “Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial”, criado entre as comunidades emblemáticas de guardiões da primeira nomeação: Koroni, Chefchaouen, Cilento e Soria⁶⁷, que entrou em vigor em 2006 e ainda apoia a aplicação de medidas de salvaguarda; além da colaboração entre União Europeia e Marrocos para a proteção da diversidade biocultural⁶⁸; e (d) a criação de museus virtuais da dieta mediterrânea: o “Museu Virtual da Dieta Mediterrânea”, criado pelo MedEatResearch, na Universidade de Nápoles “Suor Orsola”, Itália⁶⁹; o “Museu Virtual de Alimentação e Nutrição” do Chipre⁷⁰, e o Museu “la Kasbah” das

⁶⁴ UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Italy**. ICH-UNESCO, 2021, p. 196-197.

⁶⁵ Para uma análise crítica sobre a relação entre o ICH e os direitos de propriedade intelectual, ver: BORTOLOTTI, Chiara; UBERTAZZI, Benedetta. Intellectual property as a blind spot in the UNESCO Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage. **International Journal of Heritage Studies**, V. 29, n. 10, p. 1128-1140, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/13527258.2023.2236590>.

⁶⁶ Ver: MEDITERRANEAN DIET FOUNDATION. **The Mediterranean Diet**. Disponível em: <http://www.mediterradiet.org/en/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

⁶⁷ Estabelecido em 5 de julho de 2006 pelo Regulamento (CE) 1082/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho.

⁶⁸ UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Morocco**. ICH-UNESCO, 2023, p. 86-87.

⁶⁹ UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Greece**. ICH-UNESCO, 2021, p. 122.

⁷⁰ UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Cyprus**. ICH-UNESCO, 2021, p. 86.

Culturas Mediterrâneas do Marrocos⁷¹.

Todas essas medidas estão enraizadas no apelo de fornecer os meios para a segurança e a soberania alimentar⁷² das comunidades. Isso ocorre porque a dieta mediterrânea representa um modelo de desenvolvimento local altamente sustentável e inclusivo. Ela ganha terreno por meio do estilo de vida mediterrâneo, bem como pela recuperação de plantas, culturas e animais tradicionais locais antigos. Ela coloca em diálogo a dimensão cultural com a natural – o patrimônio cultural com o patrimônio natural – pela necessidade de preservar a biodiversidade natural e cultural – o ecossistema mediterrâneo – para a continuidade de práticas culturais significativas.

Esse breve resumo das medidas de salvaguarda implementadas pelos Estados demonstra que diversas ações foram tomadas para fortalecer a sustentabilidade do elemento, promover a diversidade cultural e melhorar a viabilidade econômica das comunidades envolvidas. Isso mostra que a cooperação internacional não foi limitada no momento da inscrição do elemento na lista da UNESCO, mas é um valor e uma prática que também se manifesta nas medidas de salvaguarda. Ela também demonstra a vontade política dos países de aprimorar o elemento em diferentes formas de cooperação internacional, a fim de trazer benefícios para todas as comunidades nacionais de praticantes.

É evidente, entretanto, que a maioria das práticas de proteção foi realizada em nível europeu, com pouco envolvimento do Marrocos e de outros países africanos. Isso se deve às facilidades que a integração europeia proporciona à cooperação regional e internacional dos países europeus em termos de programas consolidados, financiamento público e arquiteturas institucionais que impulsionam a cooperação internacional de forma mais fluida. Isso mostra, todavia, que ainda há a necessidade de aprimorar a cooperação internacional para o PCI além dos limites europeus, especialmente com o Marrocos, a fim de promover e fortalecer amplamente a dieta mediterrânea como um valor global.

Nesse contexto, desde que o elemento foi inscrito na lista da UNESCO, diversas medidas de salvaguarda foram tomadas em nível nacional e internacional, embora haja uma prevalência de medidas em nível nacional, como de costume. Isso demonstra que os mecanismos jurídicos destinados a promover a cooperação internacional, apesar de não terem um caráter juridicamente vinculante, foram capazes de estimulá-la nesse caso específico. Isso também manifesta a vontade política dos países analisados de levar adiante os principais valores da Convenção da UNESCO de 2003 e da própria UNESCO, aprofundando

⁷¹ UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Morocco**. ICH-UNESCO, 2023, p. 13.

⁷² Para uma análise mais detalhada, ver: WITTMAN, Hannah. Food sovereignty: a new rights framework for food and nature? **Environment and Society**, v. 2, n. 1., p. 87-105, 2011.; SHIVA, Vandana. **Reclaiming the commons: biodiversity, indigenous knowledge, and the rights of mother earth**. Santa Fe: Synergetic Press, 2020.

o diálogo intercultural, a cooperação internacional e o desenvolvimento sustentável por meio do PCI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção da Convenção da UNESCO de 2003 abre um novo capítulo na história da relação entre o patrimônio cultural e o direito internacional – bem como no direito de diversos Estados-parte. Ela oferece uma estrutura jurídica internacional complexa e bem estruturada, dotada de órgãos e atribuições com o objetivo de proteger o PCI. Em efeito, essa é uma das Convenções mais promissoras que a UNESCO promulgou recentemente, pois tem o potencial de promover o diálogo intercultural entre comunidades e estados, bem como entre os mais diversos Estados-parte, e impulsionar o desenvolvimento sustentável dentro das políticas nacionais. Embora alguns aspectos tenham que ser aprimorados – tanto em termos de disposições jurídicas quanto em relação à sua governança –, a Convenção representa o amadurecimento do direito internacional e da comunidade internacional em relação à proteção de elementos culturais que foram ameaçados no amplo processo de globalização.

A Convenção é, de fato, o resultado da cooperação internacional, especialmente orientada pelos países do Sul Global. Em termos estritamente jurídicos, a Convenção também é um instrumento para promover a cooperação internacional, pois oferece mecanismos legais para incentivar os Estados a cooperar – embora de forma não vinculante. As “candidaturas multinacionais” são um exemplo disso, quando os Estados compartilham o PCI além das suas fronteiras. Essa disposição é de grande importância para o PCI, já que este é mantido por pessoas e grupos que podem de fato migrar e levar o elemento com elas. No entanto, as candidaturas multinacionais dificultam o processo de elaboração do dossiê, pois é preciso levar em consideração a vontade política e os interesses de vários atores e *stakeholders*, como Estados e comunidades de diferentes áreas geográficas, bem como diferentes sistemas políticos e jurídicos.

O caso da dieta mediterrânea evidenciou as potencialidades das candidaturas multinacionais, bem como as medidas de salvaguarda transnacionais conjuntas. Nesses dois aspectos, é possível afirmar que a cooperação internacional foi bem-sucedida e produziu resultados notáveis, conforme observado nos relatórios apresentados pelos Estados. No entanto, seis dos sete países analisados estão localizados na Europa, e é preciso destacar que os níveis de integração europeia ajudam diretamente a promover a cooperação internacional. Nesse sentido, o caso do Marrocos demonstra que os mecanismos de cooperação devem ser pensados e aplicados para além do contexto europeu.

Portanto, a hipótese da pesquisa foi confirmada, segundo a qual as candidaturas

multinacionais podem ser consideradas tanto um resultado da dinâmica da cooperação internacional quanto uma forma de promovê-la por meio do direito internacional e da governança, no caso da dieta mediterrânea. De fato, a cooperação internacional é um tópico de grande alcance, especialmente no contexto atual marcado pela diminuição do multilateralismo e pelo renascimento da “questão geopolítica” entre as principais potências do mundo. Nesse cenário, o ICH pode assumir um papel especial, promovendo a cooperação internacional e fortalecendo seu sistema internacional, além de construir pontes entre diferentes nações e comunidades – especialmente entre aquelas que compartilham um patrimônio comum. Há, no entanto, a necessidade de analisar comparativamente outros casos de nomeação multinacional para entender com maior afinco se a presente tese também pode ser confirmada.

À guisa de conclusão, o PCI é, portanto, uma questão que diz respeito não apenas a um único Estado ou a uma única comunidade, mas é uma questão que diz respeito à humanidade.

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

ADELL, Nicolas; BENDIX, Regina F.; BORTOLOTTI, Chiara; TAUSCHEK, Markus (eds.). **Between Imagined Communities and Communities of Practice: participation, territory and the making of heritage**. Göttingen: Göttingen University Press, 2017.

ARANTES, Antonio. **Safeguarding**: a key concept of UNESCO’s Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage. Vibrant: Florianópolis, 2019.

ARIZPE, Lourdes. The genealogy of intangible cultural heritage. *In*: CSERGO, Julia; HOTTIN Christian; SCHMIT Pierre. **Le patrimoine culturel immatériel au seuil des sciences sociales**. Paris: Editions de la Maison de Sciences de l’Homme, 2020. DOI: 10.4000/books.editionsmsmsh.15990

AYKAN, Bahar. Patenting Karagöz: UNESCO, nationalism and multinational intangible heritage. *In*: **International Journal of Heritage Studies**, v. 21, n. 10, p. 949-961, 2015.

BAKAR, Abu; OSMAN, Mohamed. Intangible Cultural Heritage: understandings and manifestations. *In*: **International Conference on Universal Design in Built Environment**. Kuala Lumpur, 2011.

BAXI, Upendra. **Globalization and the future of Human Rights**. New Delhi: Oxford University Press, 2001.

BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. **The Globalization of World Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

BENDIX, Regina F.; EGGERT, Aditya; PESELMANN, Arnika. **Heritage regimes and the state**. Göttingen: Göttingen University Press, 2017.

BLAKE, Janet; LIXINSKI, Lucas (eds.). **The 2003 UNESCO Intangible Heritage Convention: a commentary**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

BLAKE, Janet. **International Cultural Heritage Law**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

BLAKE, Janet; LIXINSKI, Lucas. Conclusions: Tightropes of the Intangible Cultural Heritage Convention. *In*: BLAKE, Janet. LIXINSKI, Lucas (eds.). **The 2003 UNESCO Intangible Heritage Convention: a commentary**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2020.

BLAKE, Janet. Introduction to the Draft Preliminary Study on the Advisability of Developing Standard-Setting Instrument for the Protection of Intangible Cultural Heritage. *In*: **International Roundtable: Intangible Cultural Heritage, working definitions**. Turim: UNESCO, 2021.

BORTOLOTTI, Chiara; UBERTAZZI, Benedetta. Intellectual property as a blind spot in the UNESCO Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage. **International Journal of Heritage Studies**, V. 29, n. 10, p. 1128-1140, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/13527258.2023.2236590>.

CASINI, Lorenzo. Quale futuro per il diritto globale del patrimonio culturale? **Giornale di diritto amministrativo**, v. 3, p. 285-286, 2017.

CORNU, Marie; MARTINET, Lily; VAIVADE, Anita; HANCE, Clea. **Intangible Cultural Heritage under National and International Law**. London: Edward Elgar Publishing, 2020.

DUEDAHL, Poul. **A history of UNESCO: global actions and impacts**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

FORREST, Craige. **International Law and the Protection of Cultural Heritage**. London: Routledge, 2011.

FRANCIONI Francesco. Culture, Heritage, and Human Rights: an introduction. *In*: FRANCIONI Francesco; SCHEININ, Martin (eds.). **Cultural Human Rights**. Leiden: Brill Publishers, 2008.

GKANA, Aliko. People's heritage of state's heritage? Sovereignty in the UNESCO mechanism for the safeguarding of intangible cultural heritage. **Revista de Direito Internacional**, v. 17, n. 3, 2020a.

GKANA, Aliko. Safeguarding shared Intangible Cultural Heritage: a "bridge over troubled water". **Gdańskie Studia Międzynarodowe**, v. 18, n. 1-2, p. 176-194, 2020b.

HELD, David. Introduction. *In*: HELD, David; MCGREW, Anthony G.; GOLDBLATT, David; PERRATON, Jonathan. **Global Transformations: politics, economics and culture**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

INTERREG MED. MD.NET. **Mediterranean Diet Network**. Disponível em: <https://mdnet.interreg-med.eu/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

INTERREG MED – PROJETO MD.NET. **Med Diet Declaration**. Disponível em: <https://mdnet.dietamediterranea.com/med-diet-declaration/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

INTERREG EUROPE. **Interreg Europe**: sharing solutions for better policy. Disponível em: <https://www.interregeurope.eu/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

LIXINSKI, Lucas. **Intangible cultural heritage in international law**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

MAFFI, Luisa, Biocultural diversity and sustainability. In: PRETTY, Jules *et al.* **The Sage Handbook of Environment and Society**. New York: Sage Publications, 2007.

MENSKI, Werner. **Comparative Law in a Global Context**: the legal systems of Asia and Africa. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MEDITERRANEAN DIET FOUNDATION. **The Mediterranean Diet**. Disponível em: <http://www.mediterradiet.org/en/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

MILANI, Carlos. R. S. **Solidariedade e Interesse**: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento. Curitiba: Appris, 2018.

MORO, Elisabetta. **La dieta mediterranea**: mito e storia di uno stile di vita. Bologna: Il Mulino, 2014.

PETRILLO, Pier Luigi. La tutela giuridica del patrimonio culturale immateriale a vent'anni dall'adozione della Convenzione UNESCO del 2003: profili di diritto comparato. **Rivista DPCE Online**, Milão, v. 59, n. 2, 2023. DOI: <https://doi.org/10.57660/dpceonline.2023.1940>.

PETRILLO, Pier Luigi. Diritti culturali e cibo: la tutela giuridica del patrimonio culturale immateriale e il ruolo dell'UNESCO. In: SCAFFARDI, Lucia, ZENO-ZENCOVICH, Vincenzo. Cibo e Diritto: una prospettiva comparata. **Roma Tre Press**, Roma, v. 1, 2020. DOI: 10.13134/979-12-80060-25-9/4.

PETRILLO, Pier Luigi (ed.) **The Legal Protection of Intangible Cultural Heritage**: a comparative perspective. Zurich: Springer, 2019.

PUGLISI, Giovanni, Prefazione. La dimensione interdisciplinare del patrimonio culturale intangibile. In: SCOVAZZI, Tullio; UBERTAZZI, Benedetta; ZAGATO, Lauso (eds.), **Il patrimonio culturale intangibile nelle sue diverse dimensioni**. Milano: Giuffrè, 2012.

SARGENT, Sarah. Fractured resemblances: contested multinational heritage and soft power. **International Journal of Cultural Property**, v. 27, p. 97-123, 2020.

SCOVAZZI, Tullio. Gli aspetti principali della Convenzione sulla Salvaguardia del Patrimonio Culturale Intangibile. In: CUNHA FILHO, Humberto; SCOVAZZI, Tullio (Orgs.). **Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**: uma análise comparativa entre Brasil e Itália. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2020.

SHIVA, Vandana. **Reclaiming the commons**: biodiversity, indigenous knowledge, and the rights of mother earth. Santa Fe: Synergetic Press, 2020.

SHYLLON, Folarin. Cultural heritage and intellectual property: convergence, divergence and interface. In: LOGAN, William; CRAITH, Máiréad Nic; KOCKEL, Ullrich. **A Companion to Heritage Studies**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2015.

UBERTAZZI, Benedetta. The territorial condition for the inscription of elements on the UNESCO List of Intangible Cultural Heritage. *In*: ADELL, Nicolas; BENDIX, Regina F.; BORTOLOTTI, Chiara; TAUSCHEK, Markus (eds.). **Between Imagined Communities and Communities of Practice: participation, territory and the making of heritage**. Göttingen: Göttingen University Press, 2017.

UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Decision 5.COM 6.41**, Nairobi, 2010.

UNESCO. **Intangible Cultural Heritage**. Decision 7.COM 14, 2012.

UNESCO. **Nomination File n. 00884**, for the inscription in 2013 in the Representative List of the Intangible Cultural Heritage of Humanity. ICH-UNESCO, 2013.

UNESCO. **Los ámbitos del patrimonio cultural inmaterial**. Paris, 2014.

UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of the Evaluation Body on its work in 2020**, UNESDoc. LHE/20/15.COM/8, Paris, nov., 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000378383>. Acesso em: 26 mar. 2025.

UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Croatia**. ICH-UNESCO, 2021.

UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Cyprus**. ICH-UNESCO, 2021.

UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Greece**. ICH-UNESCO, 2021.

UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Italy**. ICH-UNESCO, 2021.

UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Morocco**. ICH-UNESCO, 2021.

UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Portugal**. ICH-UNESCO, 2021.

UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Report of Spain**. ICH-UNESCO, 2021.

UNESCO. Intangible Cultural Heritage. **Operational Directives**. ICH-UNESCO, 2022.

UNESCO. **Basic texts of the 2003 Convention for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage**, 2022. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/directives>. Acesso em: 15 jan. 2025.

WITTMAN, Hannah. Food sovereignty: a new rights framework for food and nature? **Environment and Society**, v. 2, n. 1., p. 87-105, 2011.

INFORMAÇÕES DO AUTOR

Thiago Rafael Burckhart

Postdoc Research Fellow (Assegnista di Ricerca) em Direito Público Comparado na "UNESCO Chair on Intangible Cultural Heritage and Comparative Law", da Università degli Studi di Roma Unitelma Sapienza (Itália). Professor Assistente (cultore) de "Diritto Comparato del Patrimonio Culturale" da "La Sapienza" Università degli Studi di Roma (Itália). Doutor em Direito Comparado e Processos de Integração pela Università degli Studi della Campania "Luigi Vanvitelli" (Itália, 2023). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5483-9336>. Endereço eletrônico: thiago.burckhart@outlook.com.

COMO CITAR

BURCKHART, Thiago Rafael. O Patrimônio Imaterial além das fronteiras: entre o Direito Internacional e a cooperação cultural global. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí (SC), v. 30, n. 2, p. 213-236, 2025. DOI: 10.14210/nej.v30n2.p.213-236.

Recebido em: 26 de mar. de 2025.

Aprovado em: 12 de ago. de 2025.